



# O Mestrado Profissional do Iphan no Cenário da preservação no Brasil

---

**Flávio de Lemos Carsalade<sup>1</sup>**

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1979), Mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e Doutorado pela

---

<sup>1</sup> Ao iniciar este artigo devo avisar ao leitor, por dever de honestidade, que ele é francamente simpático ao Mestrado Profissional do IPHAN, o qual considero como uma das mais importantes iniciativas atuais no campo da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Por outro lado, devo também considerar que esta simpatia não é gratuita ou acrítica, ao contrário, ela é escudada por um posicionamento sólido calcado nas circunstâncias e problemas pelos quais passa esta preservação no Brasil e no mundo e é sobre este tema que se desenvolvem os argumentos que passaremos a apresentar a seguir.

Universidade Federal da Bahia (2007). Foi presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (1999-2002) e do Instituto de Arquitetos do Brasil/ Departamento Minas Gerais (1995-1998) e Secretário Municipal de Administração Urbana Regional Pampulha da Prefeitura de Belo Horizonte (2004-2007). É professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais desde 1982, onde foi seu diretor (2008-2012) e seu vice-diretor (1988-1991). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos da Edificação e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: projetos arquitetônicos e urbanísticos, patrimônio cultural e ensino de arquitetura. Atualmente é Diretor da Editora UFMG.



## Antecedentes

Como se sabe, o Mestrado Profissional do IPHAN teve sua origem no Programa de Especialização em Patrimônio (PEP/IPHAN) criado em 2004, com apoio técnico da UNESCO e dirigido pela Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação (COPEDOC/IPHAN).<sup>2</sup> A proposta nasceu no seio do Departamento de Patrimônio Material



<sup>2</sup> Este artigo teve como referência memorandos, circulares e comunicações internas sobre o PEP produzidos no âmbito dos trabalhos da COPEDOC/IPHAN.



---

com um objetivo inicial de fomentar estágios profissionais e a descoberta de novos talentos, objetivo que, com o desenvolvimento posterior do projeto, viria a ser sobejamente superado pela constatação de que, através do programa, outros objetivos de formação atendendo a uma ampla diversidade de questões, objetos e temas abrangidos pelo patrimônio também poderiam ser atingidos. Assim, logo de início, estabeleceu-se a perspectiva interdisciplinar como marco do Programa, através da formação de profissionais graduados em diversas áreas de conhecimento para atuarem no campo da preservação do patrimônio cultural.

A formulação do PEP respaldava-se na vocação formativa do IPHAN que, quando de sua criação em 1937, não contava ainda, no Brasil, com estudos acadêmicos na área do patrimônio em suas vertentes de conservação, restauro e gestão que pudessem fornecer ao órgão os técnicos capacitados para cumprir sua missão. Durante décadas, a formação desses técnicos teve que ser realizada na própria instituição, paralelamente ao seu trabalho cotidiano de preservação e a partir de solicitações práticas, muitas vezes urgentes, e que tiveram que ser respondidas através de constatações resultantes do saber empírico correspondente. A formação técnico-profissional na área patrimonial no Brasil ficou praticamente restrita ao órgão até a década de 1980 quando se verificou que as necessidades superavam em muito a capacidade formativa realizada internamente pelo IPHAN. Por essa década, a própria instituição fomentou a absorção dessa formação pelas universidades brasileiras, instituindo os três grandes centros iniciais de formação acadêmica na área do patrimônio cultural: na Universidade Federal da Bahia, o Curso de Especialização em Conservação e Restauro (CECRE), voltado para a área de conservação e restauro de edificações; na Universidade Federal de Minas Gerais, o Curso de Especialização em Conservação e Restauro de Bens Móveis (CECOR), voltado para

---

a conservação e restauro de pinturas, escultura, papel e conservação preventiva e, na Universidade Federal de Pernambuco, o Curso de Especialização em Conservação Integrada (CECI), voltado para a gestão urbana. Depois dessa primeira geração de cursos de pós-graduação *lato sensu*, também contando com o aumento do interesse do tema na sociedade brasileira e com o incremento da pós-graduação *stricto sensu* no país, surgiram várias pesquisas sobre o patrimônio e a criação de linhas específicas relacionadas a essa temática nos programas de mestrado e doutorado em várias das grandes universidades públicas nacionais.

Embora esta nova realidade obviamente signifique um ganho científico extraordinário para o campo patrimonial, duas características merecem ser consideradas para este nosso exame.

A primeira delas se refere aos locais de oferta, esmagadoramente nos programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, praticamente inexistente nos programas de história e artes, só para citar aqueles tradicionalmente mais ligados à temática, o que leva também a uma espécie de privilégio de atuação e conhecimento a apenas um segmento profissional. A segunda característica se refere ao saber produzido, em sua maioria distanciado da prática (muito poucos programas de especialização além dos três iniciais, CECRE, CECI e CECOR), privilegiando o conhecimento teórico acadêmico muito mais do que o profissional e, mesmo assim, centrado em poucos campos de atuação.

Atento a esses problemas, o PEP foi criado em 2004, contando com recursos financeiros do IPHAN e apoio técnico-administrativo da UNESCO, para a especialização de profissionais na área do Patrimônio recém-graduados em diversas áreas de formação. As turmas de bolsistas se constituíam em grupos de 25 alunos que cumpriam o programa em dois anos de formação, com entrada anual. Em resposta às questões elencadas no parágrafo anterior, o marco lógico do programa se estabelecia, portanto, em quatro pontos precisos:

- 
- A diversificação dos profissionais que atuam na área patrimonial, com uma consequente diversidade de abordagens no amplo campo do patrimônio (e consequente busca de uma interdisciplinaridade);
  - A geração de um saber extraído da prática;
  - O aumento do alcance regional dos esforços de preservação do patrimônio em todo o território nacional;
  - A renovação crítica da própria instituição, através do processo reflexivo que se instaura simultaneamente em suas regionais e do intercâmbio nacional que ocorre não apenas nos momentos das oficinas, mas durante todo o processo.

Para que tal marco fosse atingido, a proposta pedagógica do curso associava as práticas de preservação nas unidades do IPHAN, distribuídas em todo território nacional, ao aprendizado teórico-metodológico e à produção de conhecimento. Os alunos eram selecionados por meio de editais públicos organizados a partir do oferecimento de vagas por estas unidades, as quais definiam as áreas de formação, as atividades a serem desenvolvidas e os supervisores para acompanharem as práticas profissionais. Os alunos se integravam às práticas locais durante 24 meses, cumprindo 30 horas semanais e participavam de quatro Oficinas Nacionais, onde eram tratados os conteúdos teórico-metodológicos, em um total 160 horas, desenvolviam leituras dirigidas e uma monografia de final de curso a partir de um tema que identificassem em suas práticas supervisionadas nas unidades. Três turmas foram desenvolvidas nesse formato, com o reconhecimento positivo da própria instituição e da UNESCO.

---

Em relatório de avaliação por mim elaborado em 2009<sup>3</sup>, algumas questões foram especialmente consideradas e me parece interessante revisitá-las no presente artigo. Seus pontos fulcrais foram sintetizados a partir da constatação de que a discussão sobre o saber e o ensino-aprendizagem impõe novas formas de saber e sua transmissão onde o *locus* natural não é apenas a academia, mas o local onde esse saber é produzido, até mesmo porque o trabalho sobre esse saber interessa, sobretudo, a seu produtor, associados à questão **ética e estratégica** de repasse dessa informação à sociedade como importante missão de uma instituição pública. Assim sendo, resgatamos aqui alguns pontos elaborados àquele momento, relativos à natureza do saber e do ensino-aprendizagem, os quais permanecem atuais na versão do Mestrado Profissional que sucedeu ao PEP.

A discussão empreendida naquele momento iniciava-se com a crítica ao privilégio do saber sistematizado acadêmico pela cultura ocidental desde o iluminismo, resultando no positivismo científico hegemônico e na infalibilidade do método científico como única forma legítima desse saber. O ponto central que se observava, então, não se referia tanto ao saber em si, mas quanto à legitimação desse saber.

Questionávamos se o saber acadêmico-científico seria o mais adequado à vertente cultural tão asentada em práticas coletivas, muitas delas resultantes das tradições e dos acúmulos transgeracionais e populares de conhecimento, submetidas a outras maneiras de legitimação, estas muito mais próximas ao que se compreende por patrimônio cultural coletivo e sua função social:

Assim, se a legitimação do discurso científico se dá pelo reconhecimento de sua consistência interna e pela verificação instrumental, o saber paralelo não necessita da legitimação da comunidade científica e do estado, ele se exerce naturalmente, ou seja, enquanto o primeiro se torna uma força produtiva indispensável ao sistema, o segundo surge como

---

<sup>3</sup> Publicado como CARSALADE, 2010.

---

um saber mais livre, crítico e reflexivo, mais difuso e local, menos “universal”, mais concreto, menos abstrato. No nosso campo de reflexão ele se aproxima mais do saber da cultura e da memória popular, menos preciso, menos determinista, mas altamente compartilhado e preñado de significados. (CARSALADE, 2010, p. 38).

Discutíamos, portanto, o saber não apenas como saber científico, sobretudo com relação às formas de legitimação, insistindo na sua diferença quando cotejada no âmbito cultural, onde o ethos é absolutamente outro, pois “enquanto a ciência se pretende universal, a cultura é local e, por essa característica, ela faz com que o patrimônio e o saber não científico também se legitimem no próprio grupo social”<sup>4</sup>. Nesse sentido, a prática de buscar o saber na empiria patrimonial cultural empreendida na proposta pedagógica do PEP – considerando que o saber popular e o saber cultural local apresentam seus próprios estatutos de legitimidade – estaria ainda mais próximo do objetivo da instituição na luta da preservação, na medida em que ambos, o patrimônio e essas outras formas de saber, dependem da legitimação popular.

Na sequência, considerando-se a necessidade de sistematização desse conhecimento, a prática do PEP oferecia ainda excelente oportunidade para isto, com uma agilidade dificilmente conseguida pelas academias. O amplo repertório e os novíssimos objetos de reflexão abertos pelos pesquisadores do PEP poderiam ainda resultar em ensaios de novas formas de preservação sequer imaginados nas teses e dissertações universitárias, em uma postura rizomática, ao gosto deleuziano, repleta de possibilidades e invenções, pontuais, exclusivas, pertinentes, localizadas, territorializadas.

O terceiro ponto ao qual gostaríamos de nos referir diz respeito não mais à direção realidade – academia, mas à direção inversa, ou seja, a da aplicação do saber da academia à construção de novas práticas preservacionistas ou de salvaguarda. Por sua natureza, o saber das instituições universitárias

---

<sup>4</sup> CARSALADE, 2010.

---

mais responsáveis não é apenas o de repasse de técnicas ou de reprodução de profissionais-padrão, mas como diria Paulo Freire, o da formação de homens livres. A “formação de homens livres” passa pela pesquisa e pela especulação filosófica, pelo ensaio de cenários possíveis para os problemas, muitos deles não aplicáveis de imediato à preservação do patrimônio cultural, por “avançados” demais ou porque ainda não validados pela sociedade mais ampla. Convém lembrar que embora tangências entre teoria e prática sejam possíveis e necessárias, a especulação teórica deve ter uma liberdade para se exercer no âmbito acadêmico, independentemente do compromisso da aplicação imediata ou mesmo de uma “automática” validação social. A este respeito citávamos Lyotard:

Contudo, esta hipótese da instituição é ainda muito “pesada”; ela parte de uma visão “coisista” do instituído. Hoje sabemos que o limite que a instituição opõe ao potencial da linguagem em “lances” nunca é estabelecido (mesmo quando ele o é formalmente). Ele mesmo é, antes, o resultado provisório e a disputa de estratégias de linguagem travadas dentro e fora da instituição. Exemplos: o jogo de experimentação sobre a linguagem (a poética) terá seu lugar numa universidade? Pode-se contar histórias no conselho de ministros? Reivindicar numa caserna? As respostas são claras: sim, se a universidade abrir seus ateliers de criação; sim se os superiores aceitarem deliberar com os soldados. Dito de outro modo: sim se os limites da antiga instituição forem ultrapassados. Reciprocamente, dir-se-á que eles não se estabilizam a não ser que deixem de ser um desafio. Acreditamos que é nesse espírito que convém abordar as instituições contemporâneas do saber. (LYOTARD, 1986, p. 32).

É assim que o resgate da empiria como forma de obtenção de conhecimento e desenvolvimento de competências e habilidades estaria no cerne da proposta pedagógica do PEP e que, mais tarde, mesclou-se com o conhecimento acadêmico para a criação de uma terceira geração pedagógica, híbrida entre a empiria e a sistematização acadêmica, a qual veio a caracterizar o Mestrado Profissional, conforme veremos mais adiante.



---

É neste procedimento de ensino-aprendizagem que verificamos o ideal perseguido pela pedagogia de efetiva produção de conhecimento – e não apenas uma transmissão passiva – onde aprendem conjuntamente os estudantes e os mestres, com evidente potencial de reciclagem da própria instituição. Tal direção, já apontada enfaticamente por Paulo Freire, leva-nos à compreensão de que o conhecimento só tem sentido enquanto entendido como uma teoria da ação, onde a forma não se desvincula do conteúdo e o conhecimento não se desvincula da realidade vivenciada.

Tudo isto faz ainda mais sentido se associarmos estas ideias à missão institucional do IPHAN e sua performance histórica que nunca foi apenas a de preservar e proteger o patrimônio, mas também a de formar técnicos especializados e buscar novas formas de saberes, sempre preocupada em estabelecer um pensamento crítico sobre a questão patrimonial, capaz de alimentar o processo de renovação e atualização do pensamento nacional sobre o tema.

Considerando ainda outro aspecto, se o ensino de qualidade se fortalece quando em diálogo com atividades de pesquisa, também aqui a pedagogia PEP/Mestrado Profissional se consolida de maneira particular. Considere-se que a investigação realizada no IPHAN apresenta uma característica da pesquisa aplicada, do caso-a-caso, do dia-a-dia, regionalizada, local, viva.

Este conjunto de constatações aponta para o binômio ético-estratégico ao qual nos referimos no início desta seção. O compromisso ético da instituição com o saber apresenta características singulares por correr em uma raia própria, empírica, enraizada, territorializada, de acesso não muito fácil a outras instituições de ensino, com aplicabilidade também pontual, aderente, adequada, pertinente. Faz parte desse compromisso ético também a multiplicação e diversificação disciplinar para que o patrimônio seja mesmo coletivo, *comme il faut*, e de ampla apropriação. Do ponto de vista estratégico, cabem a ampla divulgação desses saberes construídos e a sua permeabilidade e difusão capilar, possíveis apenas em

---

instituições como o IPHAN de grande presença em todo o território nacional e bastante próxima dos cidadãos de cada lugar, de qualquer categoria social.

## O Mestrado Profissional: dados pedagógicos e desempenho

Os resultados do PEP foram expressivos, conforme constatado não apenas através de meu relatório que cobria o período 2004-2008, no quadriênio de sua criação, mas também através de outros índices, apurados neste período e nos anos subsequentes. Estamos nos referindo tanto a resultados quantitativos (83% dos egressos aproveitados pelo mercado de trabalho na área de atuação do Mestrado Profissional, conforme avaliação do quadriênio 2017-2020), quanto qualitativos, através da produção intelectual, encontros de estudos e, especialmente, atingindo os objetivos de abrir a questão patrimonial para outras áreas de formação (pluri e interdisciplinaridade) e o arejamento da instituição através de uma reflexão ampla e continuada.

Externamente ao IPHAN, a pós-graduação no Brasil também já vinha iniciando a ampliação dos mestrados profissionais e em 2009, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do MEC (CAPES) os regulamentou em instituições que haviam constituído um domínio especial em determinado campo do conhecimento, como era exatamente o caso do IPHAN na área do patrimônio cultural. Parecia, então, muito natural que o PEP evoluísse de um curso de especialização para um mestrado, apresentando-se como um dos pioneiros em relação a outras instituições, exatamente porque já apresentava uma estrutura ativa na área pedagógica. Reforçavam esta direção, além do dado referente aos egressos apresentado anteriormente, a enorme procura pelo programa em todas as partes do país e os reflexos positivos no campo do conhecimento dentro e fora da instituição.

---

Tendo sua candidatura aprovada pela CAPES/MEC, o Mestrado Profissional do IPHAN se estruturou pedagogicamente a partir da experiência exitosa do PEP, mas, em função de sua nova personalidade acadêmica, teve que realizar algumas alterações. Assim sendo, foram mantidas a proposta pedagógica de associação das práticas profissionais aos conteúdos teórico-metodológicos e o caráter multi e interdisciplinar com diferentes abordagens do patrimônio cultural. As unidades do IPHAN continuaram a ser as bases de operação do curso quanto ao perfil das vagas oferecidas aos candidatos, mantendo a importante distribuição territorial e seu caráter empírico sempre ligados a problemas cotidianos e atuais de preservação e que se refletem nas dissertações, sempre resultantes das práticas supervisionadas.

As alterações foram muito mais no sentido de se adaptar ao novo formato acadêmico, do que propriamente de conteúdo filosófico-pedagógico: os módulos de aulas foram redimensionados, o trabalho final se tornou uma dissertação, com defesa em banca pública. Ainda de acordo com as exigências da CAPES, foi constituído corpo docente formado por professores majoritariamente em regime de dedicação integral, no entanto, sem desprezar, ainda que minoritariamente, a contribuição de colaboradores que tão bem havia funcionado no PEP, diversificando o processo de ensino-aprendizagem e que, historicamente veio se constituindo por servidores ativos e inativos da Instituição, ex-servidores, especialistas do campo do patrimônio e docentes de outros programas de pós-graduação aptos nas temáticas de preservação, todos contribuindo na forma de disciplinas ou palestras. Aos docentes permanentes couberam também outras formas de participação, além do ensino, como é usual na pós-graduação, através de atividades de pesquisa e orientações dos alunos do Programa.

Alguns outros dados fornecidos pelos coordenadores do Programa ajudam a esclarecê-lo:

- Área de avaliação pela CAPES: interdisciplinar.

- 
- Duração: 24 meses, sendo 18 meses dedicados às práticas nas unidades com carga horária de 30 horas semanais + 3 meses dedicados aos módulos de aulas divididos e 3 meses dedicados à finalização da escrita da dissertação.
  - Seleção: anual.
  - Vagas oferecidas regularmente, a partir de 2018: 10 para candidatos externos (bolsistas) + 5 para candidatos servidores efetivos do IPHAN + 5 vagas para servidores e empregados públicos lotados em órgãos, autarquias e fundações.
  - Unidades de lotação dos alunos: variam anualmente, dependendo das demandas das unidades do IPHAN.
  - 1080 horas de estágio supervisionado.
  - Produção mínima resultante da trajetória do aluno: três Produtos Técnicos, fruto da sistematização das práticas supervisionadas das quais o aluno participou, além da Dissertação de Mestrado, cujo objeto de estudo é definido a partir de uma questão identificada no cotidiano das práticas supervisionadas.

Vale ressaltar que os três módulos de aulas são oferecidos na sede do IPHAN no Rio de Janeiro e devido à pandemia do coronavírus (COVID-19) são, excepcionalmente, substituídas por aulas que utilizem “meios e tecnologias de informação e comunicação”, conforme determinado por Portarias do Ministério da Educação. Hoje o Mestrado conta com 72 alunos matriculados em basicamente três turmas em andamento, ingressados no curso em 2018, em 2019 e em 2020. Até o final de 2020, o Mestrado recebeu 254

---

alunos (195 bolsistas, 39 servidores do IPHAN, 10 servidores de municípios, dois servidores de instituições estadual e distrital e oito servidores de outras instituições do Governo Federal), sendo abrangidas 34 diferentes áreas de graduação.

As “Jornadas” do Mestrado Profissional, evento que reúne especialistas e mestrandos, são atividades complementares destinadas à difusão e intercâmbio dos temas em estudo nos trabalhos dos estudantes e se constituem em importantes momentos de enriquecimento do campo.

Há ainda um aspecto importante a se considerar, embora mais geral quanto ao IPHAN, mas que certamente decorre também do êxito do PEP como experiência educativa. Através do Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017, o qual regula a nova estrutura do órgão, foi criado o Centro Lucio Costa, instituindo a Escola do Patrimônio como uma “Unidade Especial” da instituição. Trata-se de fato de grande importância porque reconhece, na prática, a necessidade de transbordo do conhecimento acumulado pela instituição em sua ação cotidiana e assume a sua função social ampla de formação nos mais diversos níveis, inclusive o internacional, onde se articula, inclusive, a sua atuação como Centro de Formação de Categoria 2 da UNESCO. A partir de 2008, quando se iniciaram as primeiras tratativas nesse sentido, foram realizadas várias reuniões nacionais para sua operação, dentre elas um encontro com instituições e especialistas nacionais em 2010, no Palácio Gustavo Capanema, cuja convocação apresentava a seguinte introdução:

Em outubro de 2009 foi aprovada na Assembleia Geral da UNESCO, realizada em Paris, a proposta apresentada em 2008 pelo Brasil aos membros do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO de criação no Rio de Janeiro de um Centro Regional para formação de gestores do patrimônio cultural. O *Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio* será sediado no Palácio Gustavo Capanema, prédio onde funcionam as representações dos Ministérios da Cultura e da Educação no Rio de Janeiro. O objetivo principal do Centro consiste em reforçar a capacidade de gestão das instituições envolvidas na preservação



---

do Patrimônio na Região, entendida aqui como o conjunto de países da América do Sul e – da comunidade de países de língua oficial ibérica - da África e da Ásia. São prioridades do Centro a formação de gestores públicos dos órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio e o fomento de estudos e pesquisas que possam contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de bens culturais e naturais. Dentre os objetivos incluí-se a responsabilidade do Centro em contribuir para a preservação dos bens da região incluídos na Lista do Patrimônio Mundial estabelecido pela Convenção da UNESCO de 1972 - conjuntos urbanos, sítios arqueológicos e paisagens, naturais e culturais – bem como para a ampliação da presença na Lista dos países da Região. Para atingir seus objetivos o Centro desenvolverá parcerias com instituições similares da Região e de organismos internacionais de capacitação. (IPHAN, 2010).

Embora muitos dos largos objetivos inicialmente cogitados não tenham sido atingidos, consolidaram-se os braços de Formação e de serviço de pesquisas aplicadas (Observatório de políticas e gestão e difusão), aliados a uma política crescente de internacionalização do instituto através da educação.

Como se pode observar, trata-se de números vigorosos que apontam a importância desta iniciativa educacional, cujos pontos qualitativos serão tratados a seguir.

## Aspectos qualitativos do Mestrado Profissional do IPHAN

Para efeito da análise dos aspectos qualitativos do Mestrado Profissional do IPHAN, podemos considerar dois grupos. Um que trata dos benefícios sociais da iniciativa e que se referem aos seus resultados no cenário nacional e outro mais teórico, relacionado com o avanço do conhecimento e sua difusão. Iniciemos pelo primeiro grupo.

---

Dentre seus benefícios sociais, salientemos os seguintes pontos:

- a) Alargamento do campo de conhecimento: historicamente os campos da arquitetura (prioritariamente) e história, seguidos depois pela antropologia e ciências sociais dominaram a área do patrimônio cultural no Brasil, apesar de suas formulações iniciais ligadas às questões étnicas e de cultura popular que estiveram presentes em seu berço. Talvez a premência e dificuldade de trato e gestão do patrimônio material tenham canalizado os esforços da instituição, refletindo-se na maciça presença da arquitetura e urbanismo nos seus chamados “anos heróicos”, coincidentes com a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967). Nem a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) na gestão de Aloísio Magalhães, em 1975, conseguiu alterar a hegemonia do chamado patrimônio de pedra e cal. Apenas nos anos finais do Século XX, o campo seria efetivamente alargado na prática, culminando com a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural e criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial/PNPI (Decreto n.º 3.551 de 4 de agosto de 2000). Embora tardia, a presença de outros campos do conhecimento no cenário do patrimônio cultural é fundamental inclusive para consecução de sua função social. A formação ampla aplicada a esta área é condição para que esta abrangência se efetive na prática.
  
- b) Difusão do conhecimento técnico do IPHAN, compartilhando com a sociedade o saber acumulado ao longo de seus mais de 80 anos. Este ponto já foi explorado ao longo do presente artigo, mas não poderia ficar ausente desta lista, na medida em que, como órgão público, uma das suas funções é exatamente a de compartilhar seus saberes com a sociedade. Embora pareça óbvio, esta não é exatamente a prática da grande maioria das instituições públicas brasileiras que guarda intramuros seus conhecimentos acumulados. Se esta prática de retenção não é

---

recomendável em nenhum caso, ela se torna ainda mais condenável em órgãos gestores do patrimônio cultural, posto que estes, por definição, têm origem na cultura e práticas sociais e necessita da legitimação social para sua efetivação. Além disso, também como já explorado em outros trechos deste artigo, trata-se de um saber especial, com raízes no cotidiano e nas tradições populares que necessita da empiria, da presença permeável e pontual para sua identificação, tarefa muito difícil de ser realizada pela academia ou por outras instituições de pesquisa, como também já explicitamos.

- c) Estímulo à troca de experiências e conhecimentos entre profissionais de diferentes formações e perspectivas disciplinares: da maneira como foi formulado o programa de Mestrado Profissional, desde suas origens no PEP, o objetivo de alargamento da presença de diferentes áreas de formação associado ao trato de problemas cotidianos enfrentados pelo Instituto em suas diversas unidades regionais, privilegia a geração de novos conhecimentos dentro do processo de ensino-aprendizado, como convém a uma visão pedagógica contemporânea e progressista. Ao analisarmos o quadro de classificação das dissertações por áreas elaborado pela coordenação do Mestrado, podemos constatar a presença múltipla da produção<sup>5</sup> em subáreas de exame também de grande variedade, tais como paisagem cultural, patrimônio ferroviário e patrimônio imaterial, só para citar algumas das mais candentes.
- d) Democratização do acesso ao conhecimento, através do oferecimento de vagas por meio de editais públicos e internos, favorecendo tanto a formação ampla da sociedade, quanto o apri-

---

<sup>5</sup> Apoio e sustentabilidade, Arqueologia (cerca de quinze produtos), Comunicação e promoção (cerca de seis produtos), Conservação, Educação patrimonial (cerca de seis produtos), Fomento, Identificação e reconhecimento/registo (cerca de 52 produtos), Licenciamento, Normatização (cerca de oito produtos), Patrimônio material, Pesquisa/Documentação (cerca de seis produtos), Redução e otimização de custos, Salvaguarda e Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

---

moramento de seus próprios quadros técnicos. Este benefício se articula diretamente com os esforços para a criação e efetivação do Sistema Nacional de Patrimônio, distribuindo as vagas pelo território nacional, qualificando pessoal para o mercado de trabalho. Quanto a este ponto, lembramos dois aspectos importantes: o primeiro diz respeito ao crescimento exponencial de órgãos oficiais de preservação nos municípios brasileiros, resultado do aumento da consciência nacional para a questão, e que traz consigo também o crescimento do número de escritórios técnicos especializados e organizações não governamentais, todos necessitando de formação técnica adequada; o segundo diz respeito à formação de quadros para o próprio IPHAN, cujo corpo de funcionários, em sua grande maioria, se encontra em situação de breve substituição por aposentadoria. O Mestrado Profissional funciona assim, preventivamente, como banco de profissionais e, prospectivamente, como gerador de novas visões para o campo.

- e) Aproveitamento da estrutura capilarizada do IPHAN, contemplando a maior quantidade possível de unidades nos editais, o que garante a distribuição do conhecimento em todo o território nacional, em contraste com a perversa concentração no Sul/Sudeste que facilmente constatamos no quadro brasileiro de distribuição de benefícios sociais. Ao analisarmos os locais contemplados pela ação do mestrado, identificamos a presença de, pelo menos, quarenta<sup>6</sup> locais diferentes em todo o país.
- f) Renovação da instituição: a renovação da instituição não se dá apenas quanto à substituição de seu pessoal, conforme apontado em (d), mas pelo próprio arejamento interno trazido pelas

---

<sup>6</sup> Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campinas, Campo Grande, Corumbá, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Goiás, João Pessoa, Laguna, Lençóis, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Ouro Preto, Palmas, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Cristóvão, São Luís, São Miguel das Missões, São Paulo, São Pedro da Aldeia, São Raimundo Nonato, Teresina, Tiradentes, Vassouras, Vitória.

---

pesquisas e pela interação entre técnicos de carreira das superintendências e departamentos centrais. Sabemos da velocidade das transformações do mundo contemporâneo e também dos significativos câmbios conceituais do campo patrimonial ocorrido nas duas últimas décadas.

A tensão entre os esforços de preservação/missão institucional do órgão e as novas visões conceituais do patrimônio exigem uma abertura de seus técnicos e uma capacidade de reciclagem responsável de procedimentos e ações junto à comunidade que não se constituem em tarefa banal, especialmente quando dualidades conflitantes como conservação/conservadorismo, reconhecimento social/rejeição estão presentes no dia a dia de órgãos de preservação. O movimento de renovação interna ajuda a superar tais dicotomias e resulta em maior eficiência e legitimidade das ações do órgão.

- g) Aumento significativo das pesquisas no IPHAN: embora já tradicionais na sua prática, também conforme já apontado neste artigo, é inegável que a presença dos estudantes associada à criação de um corpo docente permanente de pesquisadores resultou em aumento exponencial das ações de pesquisa e ainda mais, conforme também já apontado aqui, em campos distintos daqueles preferenciais na academia.

O benefício social amplo quanto à contribuição à inovação e ao desenvolvimento de conhecimentos no campo constitui aspecto especial que compõe o segundo grupo de análise.

Iniciamos a análise deste grupo com uma questão, a meu ver, basilar e *sine qua non* para o campo do patrimônio, a qual podemos identificar como sendo a necessidade de renovação epistemológica do campo. A esta questão tenho dedicado meus estudos mais recentes, na medida em que desafios atuais não encontram respostas na teoria desenvolvida ao longo do século XX e que as críticas do século XXI ainda não conformaram um todo sistematizado. A grande virada epistemológica no trato com o patrimônio começou a ocorrer com a incorporação do conceito antropológico de cultura, o qual deixou de enten-



---

der como identidade dos povos apenas a “alta cultura”, onde se considerava patrimônio prioritariamente as expressões máximas da civilização, na esteira das discussões filosóficas que, na segunda metade do século XX, já se faziam sobre a natureza do conhecimento e sobre a clara expansão de seus domínios. Exemplo disso, para citar um campo correlato ao da preservação, ocorreu com a História que passou a reconhecer os seus limites quanto à sua capacidade de reconstrução dos fatos “como eles efetivamente ocorreram” e de estabelecer uma inquestionável “verdade histórica”, recuperando, antes, a sua capacidade analítica e se estendendo a múltiplas abordagens setoriais e recortes ainda não plenamente investigados, fazendo “as pazes” com a memória oral, vista com muita suspeição pelo positivismo científico.

No setor do patrimônio material, vimos que os conceitos de monumento e monumento histórico como expoentes da civilização - que perdurou na consolidação da preservação do patrimônio ao final do século XIX, quando se desenvolveu a disciplina do Restauro – foi a compreensão que passou a ser a referência para o trato dos bens patrimoniais, desde objetos até núcleos urbanos. Prevalencia a ideia de excepcionalidade e uma visão estreita de restauro baseada na obra de arte. O aporte antropológico e da Nova História, a democratização das nações, a consciência ambientalista e seu corolário, os “direitos difusos”, vieram a modificar o conceito de patrimônio cultural, ampliando-o e passando a entendê-lo como um conjunto de bens de caráter material e imaterial que conferem identidade e documentam a memória de um povo, em contraposição à ideia restrita de monumento. Assim, resgatou-se a sua importância como referência de orientação, identidade, senso de história e pertencimento e ampliou-se o leque de bens patrimoniais, considerando não só os excepcionais, mas também os exemplares e não só aqueles ligados à História Oficial – mas incluindo os ligados às diversas manifestações sociais e históricas, representativos de todas as épocas – substituindo-se a concepção do monumento isolado e incorporando-o nas ambiências urbanas. Uma radical transformação como esta inseriu vários novos agentes no trato com o patrimônio, bem como instituiu novos patrimônios. Difundiu-se o entendimento de que toda cida-

---

de e todas as pessoas têm sua própria história e o direito à preservação de suas memórias e referências próprias. Certos edifícios e objetos passaram a ser preservados não por sua excelência ou exemplaridade, mas por sua importância simbólica para as populações. A questão simbólica, pilar mestre da questão cultural, passou a se configurar também como elemento basilar da preservação do patrimônio cultural, trazendo consigo os problemas relacionados à intersubjetividade e ao jogo democrático.

Correndo paralelamente, inicialmente ligada às questões ecológicas, mas rapidamente atingindo todos os campos da presença humana em sua relação com seu habitat, apresentou-se a sustentabilidade como conceito e meta a ser perseguida, passando também a influenciar o campo patrimonial, na medida em que este, inflado e não mais restrito ao intocável e singular monumento – mais fácil de ser “congelado” – se viu obrigado a admitir a transformação na sua agenda. As sociedades se viram, então, frente a uma equação que admite termos de difícil trato na prática cotidiana: a sustentabilidade e a questão simbólica. Claro que esses termos levaram à necessidade de um aprofundamento teórico e a novos procedimentos metodológicos e de gestão, enfim a uma nova epistemologia.

Corolário desta questão é a necessidade da diversidade de saberes que necessitamos incorporar na busca por esta nova epistemologia do campo que não se esgota na discussão da pluri, inter e transdisciplinaridade a serem obrigatoriamente construídas, mas que flui também sobre a questão da fonte desses saberes, conforme apontado nas primeiras páginas deste artigo e que se referem à sua diversidade e à sua presença como alternativa ao conhecimento acadêmico. Esta característica peculiar das pesquisas realizadas no Mestrado Profissional cria uma importante via de mão dupla constituída pela dialética e diálogo com a academia que tende a enriquecer a ambos.

---

## Considerações finais

---

Conforme se pode constatar ao longo deste texto, não são gratuitas as simpatias do autor à experiência didática desenvolvida no IPHAN através do PEP e seu desdobramento em Mestrado Profissional. Como último aspecto que gostaria de salientar está a evolução do processo, que em um período de apenas quinze anos, conseguiu produzir tantos resultados e desdobramentos. Espera-se que esta capacidade de renovação se mantenha para os anos subsequentes, especialmente se considerarmos o enorme potencial aberto pelo Centro de Lucio Costa: Escola do Patrimônio e a necessidade estratégica do país na consolidação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). Os próximos passos parecem já estar previstos nos planos da própria instituição e incluem a regulamentação do edital de seleção para alunos estrangeiros e a perspectiva de criação do doutorado profissional, bem como o atendimento às demandas dos servidores do SNPC.

A preservação do patrimônio cultural no Brasil nasceu das ideias e esforços de intelectuais que buscavam construir um futuro no país, conectando o passado com as necessidades do presente, mas, sobretudo, com uma visão do devir. Assim também parecem se constituir os esforços pedagógicos do IPHAN, fiéis à sua própria tradição, como convém à sua missão.

---

## Referências

---

CARSALADE, Flávio de Lemos. Avaliação do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN/UNESCO (PEP) 2004-2008. **Relatório do Programa de Especialização do IPHAN: Trajetória, Avaliação e Perspectivas**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

IPHAN. **Programa da Reunião de especialistas sobre a implantação do Centro Regional para gestão do patrimônio**. 11 e 12 de maio de 2010. Rio de Janeiro, Palácio Gustavo Capanema – Salão Portinari (mimeo).

LYOTARD, Jean François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.

MACHADO, Jurema. A UNESCO e o Brasil: trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural. *In*: IPHAN. **Cadernos de estudos do PEP: contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2006**. Vassouras, Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

MACHADO, Jurema. Diversidade cultural e direitos: o alcance de uma convenção internacional da UNESCO. *In*: IPHAN. **Cadernos de estudos do PEP: contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2006**. Vassouras, Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

MOTTA, Lia; SORGINE, Juliana Ferreira. A conservação e restauração na proposta do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural no IPHAN. *In*: III ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO. 2014, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: [s.n.], 2014.

UNESCO. **Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO**. Brasília: [s.n.], 2005 (mimeo).